

Brasília, 23 de maio de 2019

NOTA TÉCNICA DA ABCAM – Política de preços da Petrobras

A drástica redução dos investimentos em construção e conservação de rodovias, associada aos altos custos e a instabilidade nos preços do diesel, está levando a grande maioria dos caminhoneiros autônomos a uma situação de virtual indigência. Acordos com o setor, realizados no ano passado, ou não foram cumpridos ou se revelaram insuficientes para atender as necessidades mínimas da categoria. Diante disso, trazemos à mesa de negociação com o Governo os seguintes pontos fundamentais de nossas demandas, a saber:

No plano conjuntural, a curto prazo:

- a. Que se convença à Petrobrás, tendo em vista o controle acionário que nela detém o Governo, mudança imediata na política de preços dos derivados, notadamente do diesel - mas se estendendo também à gasolina e ao gás -, visando a sua redução imediata e relativa estabilização. Sugerimos, desde já, que a empresa pratique o sistema de preços pelo custo, assegurando margem adequada para a Petrobrás, de forma a garantir-lhe uma taxa razoável de lucro. *Ver anexo.*
- b. Cancelamento da iniciativa em andamento de privatização de oito Refinarias da Petrobrás e da BR Distribuidora, cuja efetivação lhe retiraria da condição de líder absoluto do mercado de derivados. Essa condição é que lhe permite, como no passado, e sem prejudicar e até aumentando seus lucros, a adoção de uma política de preços em setor estratégico de alto interesse nacional - e obviamente, também, do interesse dos caminhoneiros.
- c. Entendemos como uma distorção a política de produção de derivados e de preços da Petrobrás, praticada desde o Governo Temer, mas ainda prevalecente, pela qual a empresa reduziu sua produção de derivados nas refinarias e aumentou seus preços a fim de abrir espaço interno para a entrada de diesel importado por petrolíferas estrangeiras, notadamente norte-americanas.
- d. Também entendemos como não desejado o artifício introduzido no Governo anterior pelo qual se criou um subsídio ao diesel financiado por tributo geral (R\$ 9 bilhões) a fim de reduzir o preço na bomba. Sustentamos que a Petrobrás pode reduzir o preço do diesel e administrá-lo com razoável estabilidade sem ferir o interesse geral, conforme nota anexa. Afinal, foi por isso que foi criada, como empresa de economia mista, porém controlada pelo Governo.
- e. Manifestamos apreensão diante da reforma da Previdência proposta pelo Governo tendo em vista efeitos perversos que, se aprovada, provocaria nas condições de vida e de aposentadoria não só dos caminhoneiros, mas de suas famílias. Destacamos que, a nosso ver, o regime de capitalização proposto equivalerá à destruição da Previdência Social pública.
- f. Instamos o Governo a promover imediatamente um programa de recuperação da economia, através de uma política específica de geração de emprego e de busca do pleno emprego, tal como indicado no Art. 170 da

Constituição Federal. A alegação de que a Reforma da Previdência, se aprovada, promoverá a recuperação da economia é uma presunção vazia de sentido, sem fundamento técnico.

- g. Entendemos que os principais problemas econômicos e sociais que afetam os caminhoneiros se confundem com a crise econômica e de emprego que afetam a todos os brasileiros. Eles só serão resolvidos com a recuperação econômica, a qual depende, por sua vez, da expansão dos gastos públicos reais, extra orçamentários, mesmo que inicialmente recorrendo a crédito público aprovado pelo Congresso Nacional.

No plano estrutural, de curto para médios prazos;

- a. Implementação do levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Transportes sobre as condições das estradas brasileiras federais. Propõe-se identificar três classificações: 1) deterioração avançada; 2) parcialmente deteriorada; 3) transitável com dificuldade.
- b. Concessão de um bônus por quilômetro rodado, especificado segundo a condição da rodovia - e enquanto essa condição subsistir -, nas vias de tráfego denso, contra apresentação de nota fiscal da carga que indique claramente origem, destino e roteiro.
- c. Com base no levantamento feito, estabelecer, mediante ajuda de uma comissão de caminhoneiros, um plano emergencial de conclusão de obras e regeneração das rodovias federais a ser iniciado imediatamente e com prazo não superior a três anos.
- d. Organizar uma “comissão de obras” com efetiva transparência, acelerando a licitação a fim de viabilizar a contratação de construtoras, assim como do Exército Nacional, no menor prazo possível para as obras de estradas em situação de emergência.
- e. Adotar convênios operacionais com os Estados da Federação no sentido de apoiá-los financeiramente na restauração de rodovias estaduais em deterioração.
- f. Apresentação ao Congresso Nacional de pedido de autorização emergencial da emissão de títulos públicos federais, em montante escalonado de acordo com a previsão anual de obras neste e nos três anos seguintes. Antecipe-se, desde logo, que o caráter emergencial do pedido justifica-se constitucionalmente pela emergência.

A Assessoria Técnica da Abcam está preparada para demonstrar o caráter não inflacionário do financiamento deficitário do plano emergencial (com aumento limitado da dívida pública), tendo em vista a situação da economia, em estagnação ou mesmo em contração, como já se anuncia para este ano. Na verdade, o plano financiado por títulos públicos constituirá um importante elemento de relançamento da economia e de geração de empregos, como evidenciam estudos convincentes de economistas de credibilidade e insuspeitos.

JOSE DA FONSECA LOPES

Presidente

www.abcam.org.br

+55 61 3224-5936 | +55 61 3225-2273

SAUS Quadra 1 - Bloco J - 7º andar B. Edifício CNT - CEP: 70.070-944 - Brasília-DF.



www.abcam.org.br

+55 61 3224-5936 | +55 61 3225-2273

SAUS Quadra 1 - Bloco J - 7º andar B. Edifício CNT - CEP: 70.070-944 - Brasília-DF.